

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPACI, (GO).

Editais n.º 01/2024 - CONCURSO PÚBLICO.

PROVA OBJETIVA.

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Não será permitido ao candidato realizar as provas usando óculos escuros, (exceto para correção visual, ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição), ou portando aparelhos eletrônicos, (mesmo desligados), qualquer tipo de relógio, chaves, carteira, bolsa, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Será eliminado deste Concurso Público, o candidato que fizer uso do celular e/ou aparelho eletrônico, no local onde está ocorrendo o mesmo; o candidato cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas. Durante todo o tempo em que permanecer no local, onde ocorre o Concurso Público, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ativá-lo, somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.
3. **Sob pena de ser eliminado deste Concurso Público**, o candidato poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche, (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se a sua prova tem **30 questões**, cada qual com **05 alternativas**, veja se o cargo para o qual se inscreveu, está correto.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta, (nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu), **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica, (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas, diferentemente, do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de **4h, (quatro horas)**, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá se retirar do local da prova somente **1h, (uma hora)**, após seu início, levando seu caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3, (três)**, candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leia o texto para responder às próximas cinco questões.

Em um casamento duradouro.

“No casamento, as pequenas coisas são as grandes coisas. É jamais ser muito velho para dar-se as mãos, diz ele. É lembrar de dizer "te amo", pelo menos uma vez ao dia. É nunca ir dormir zangado. É ter valores e objetivos comuns.

É estar unidos ao enfrentar o mundo. É formar um círculo de amor como uma toda família. É proferir elogios e ter capacidade para perdoar e esquecer. É proporcionar uma atmosfera onde cada qual possa crescer na busca recíproca do bem e do belo. É não só casar-se com a pessoa certa, mas ser o companheiro perfeito.

E para ser o companheiro perfeito é preciso ter bom humor e otimismo. Ser natural e saber agir com tato. É saber escutar com atenção, sem interromper a cada instante. É mostrar admiração e confiança, interessando-se pelos problemas e atividades do outro.

Perguntar o que o atormenta, o que o deixa feliz, por que está aborrecido. É ser discreto, sabendo o momento de deixar o companheiro a sós para que coloque em ordem seus pensamentos. É distribuir carinho e compreensão, combinando amor e poesia, sem esquecer galanteios e cortesia.

É ter sabedoria para repetir os momentos do namoro. Aqueles momentos mágicos em que a orquestra do mundo parecia tocar somente para os dois. É ser o apoio diante dos demais. É ter cuidado no linguajar, é ser firme, leal. É ter atenção além do trivial e conseguir descobrir quando um se tiver esmerado na apresentação para o outro. Um novo corte de cabelo, uma vestimenta diferente, detalhes pequenos, mas importantes.

É saber dar atenção para a família do outro, pois, ao se unir o casal, as duas famílias formam uma unidade. É cultivar o desejo constante de superação. É responder dignamente e de forma justa por todos os atos. É ser grato por tudo o que um significa na vida do outro.

O amor real, por manter as suas raízes no equilíbrio, vai se firmando dia a dia, através da convivência estreita. O amor, nascido de uma vivência progressiva e madura, não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que os envolvidos passam a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes um do outro.

O equilíbrio do amor promove a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do senso de dever, da afetividade e advertência amadurecida.”

<https://www.mundodasmensagens.com/mensagem/reflexao-em-um-casamento-duradouro.html>

01. Com base na leitura do texto, assinale a alternativa incorreta.

- Segundo o texto, o equilíbrio do amor promove a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do senso de dever, da afetividade e advertência amadurecida.
- O eu lírico afirma que o amor, nascido de uma vivência progressiva e madura, não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que os envolvidos passam a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes um do outro.
- Uma das mensagens do texto é que no casamento, as pequenas coisas são as grandes coisas.
- No texto, o eu poético diz que na velhice perde a graça dar as mãos, pede para lembrar de dizer "te amo", pelo menos uma vez ao ano, que às vezes é necessário dormir zangado.
- Em um casamento duradouro é preciso dar atenção para a família do outro, pois, ao se unir o casal, as duas famílias formam uma unidade.

02. Em se tratando de encontros vocálicos, as palavras do texto (elogio, cortesia, convivência) são respectivamente:

- Hiato, hiato, hiato.
- Ditongo, ditongo, ditongo.
- Ditongo, ditongo, hiato.
- Hiato, hiato, tritongo.

e) Tritongo, hiato, ditongo.

03. No período do texto “mas ser o companheiro perfeito”, temos uma oração:

- a) Coordenada assindética.
- b) Coordenada sindética explicativa.
- c) Coordenada sindética adversativa.
- d) Coordenada sindética conclusiva.
- e) Coordenada sindética aditiva.

04. Marque a alternativa devida, de acordo com a correta separação de sílabas, das palavras do texto, (companheiro, poesia, apoio).

- a) Com-pa-nhei-ro / po-e-si-a / a-poi-o.
- b) Com-pa-nhe-i-ro / po-e-si-a / a-poi-o.
- c) Com-pa-nhe-i-ro / po-e-sia / a-po-i-o.
- d) Com-pa-nhei-ro / po-e-si-a / a-po-i-o.
- e) Com-pa-nhe-i-ro / poe-sia / a-po-i-o.

05. De acordo com o texto, pode-se compreender que a expressão “dignamente” significa:

- a) Equivocadamente.
- b) Erradamente.
- c) Imerecidamente.
- d) Corretamente.
- e) Inadequadamente.

06. Tratando-se de concordância nominal, assinale (V) verdadeiro ou (F) falso e marque a alternativa devida.

- () Esta água é boa para saúde.
- () Mariana saiu só.
- () É proibido entrada de crianças.
- () No verão, melancia é bom.

- a) F – V – V – V.
- b) V – V – V – V.
- c) V – F – V – V.
- d) V – V – V – F.
- e) V – V – F – V.

07. No tocante ao correto uso da crase, marque a alternativa indevida.

- a) Sou devoto à Santa Rita.
- b) Isto aconteceu anterior à invenção da escrita.
- c) Sou grato à comunidade.
- d) Temos muitas contas à pagar.
- e) Chamou as netas e entregou a chave à mais nova.

08. Acerca de discurso, marque (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.

- () Gabriel disse: - Meu pai é médico. (Discurso direto).
- () Benjamim comentou que sua mãe precisava fazer exercícios. (Discurso indireto).
- () Executou o que julgava justo. Não estava triste, mas sentia remorso. Talvez não tenha sido suficientemente claro com as pessoas... (Discurso indireto livre).
- () Amanda disse que sua irmã deveria ter estudado. (Discurso indireto).

- a) V – V – V – F.
- b) V – F – V – V.
- c) F – V – V – F.
- d) V – V – F – V.
- e) V – V – V – V.

09. No que concerne a gêneros textuais marque (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.

() A Imprensa e a Publicidade também fazem uso de alguns gêneros textuais: agenda cultural, fotos, anúncio de emprego, horóscopo, artigo de opinião, infográfico, caricatura, manchete, carta ao leitor, mapas, mesa redonda, cartum, notícia, charge, reportagens, classificados, resenha crítica, crônica jornalística, sinopses de filmes, editorial, tiras, entrevista (oral e escrita), anúncio, músicas, caricatura, paródia, cartazes, placas, comercial para TV, publicidade comercial, e-mail, publicidade institucional, folder, publicidade oficial, fotos, texto político, slogan, etc.

() Na política, é possível haver abaixo-assinado, debate regrado, assembleia, discurso político, “de palanque”, carta de emprego, fórum, carta de reclamação, manifesto, carta de solicitação, mesa redonda, debate, panfleto, etc.

() Na área jurídica, encontramos boletim de ocorrência, estatutos, Constituição Brasileira, leis, contratos, ofício, declaração de direitos, procuração, depoimentos, regimentos, discurso de acusação, regulamentos, discurso de defesa, requerimentos, etc.

() A mídia também emprega os gêneros textuais blog, reality show, chat, talk show, desenho animado, telejornal, e-mail, telenovelas, entrevista, torpedos, filmes, vídeo clip, fotoblog, videoconferência, home page, etc.

a) V – V – V – F.

b) V – F – V – V.

c) V – V – V – V.

d) V – V – F – V.

e) F – V – V – V.

10. “Negação do Positivismo, do Cientificismo, do Materialismo, criação poética como fruto do inconsciente, da intuição, da sugestão, do eu-profundo, da associação de ideias e imagens, complexidade na relação eu/mundo. Espiritualismo, misticismo, subjetivismo intenso, ocultismo, ânsia de superação, de fuga do terreno, comunhão com os Astros, o Espírito, o Alto, a Alma, o Infinito, a Essência, o Desconhecido. Fixação pela Idade Média e por vocabulário litúrgico de ambiência eclesiástica, tom vago, impreciso, nebuloso, poesia hermética, ilógica, indireta, obscura, rompendo com a lógica discursiva, a poesia como mistério. Musicalidade através das aliterações, emprego de maiúsculas alegorizantes, reticências”.

Estamos nos referindo ao:

a) Barroco.

b) Arcadismo.

c) Realismo.

d) Parnasianismo.

e) Simbolismo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA.

11. Qual função é usada para somar os valores de um intervalo no Excel 2016?

a) AVG

b) ADD

c) SUM

d) TOTAL

e) COUNT

12. Qual função é usada para contar o número de células em um intervalo que não estão vazias no Excel 2016?

a) COUNT

b) COUNTA

c) COUNTBLANK

d) COUNTIF

e) COUNTIFS.

13. Assinale a alternativa que contém a opção para inserir uma tabela na aba do Word 2016.

- a) Arquivo.
- b) Design.
- c) Referências.
- d) Inserir.
- e) Revisão.

14. O que ocorre quando um certificado digital expira?

- a) O certificado se torna, automaticamente, renovado.
- b) A conexão segura é interrompida.
- c) O certificado é, automaticamente, revogado.
- d) O certificado pode ser usado indefinidamente.
- e) O certificado é transferido para outra entidade.

15. Qual é o protocolo usado para recuperar e-mails de um servidor para o seu cliente de e-mail?

- a) POP3
- b) SMTP
- c) FTP
- d) IMAP
- e) HTTPS

CONHECIMENTO ESPECÍFICO.

16. No dia 05 de outubro deste ano de 2024, a atual Constituição da República Federativa do Brasil, (CR), fez 29, (vinte e nove), anos de idade. Por ser um texto extremamente detalhista, própria de países de cultura ibero-americana, já sofreu mais de 140, (cento e quarenta), emendas. (fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/931900-parlamentares-aprovaram-14-emendas-a-constituicao-em-2022/>).

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Texto Constitucional.

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- b) O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- d) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos, contra ilegalidade ou abuso de poder, depende do prévio pagamento de taxa.
- e) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver, definitivamente, sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

17. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispõe sobre as normas gerais de finanças públicas, estabelecendo que algumas matérias devem ser previstas em Lei Complementar, de acordo com o art. 163, da Constituição. Das alternativas, assinale aquela que não corresponda a uma destas matérias que devem estar na Lei Complementar, de acordo com o citado artigo.

- a) Dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
- b) Emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- c) Fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.
- d) Operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Licitação Pública.

18. A Constituição da República de 1988, (CR), estabelece as limitações ao poder de tributar. Tais limitações são consideradas direitos fundamentais tributários, que protegem as pessoas, naturais e jurídicas, contra possíveis inconstitucionalidades e ilegalidades do Poder Público na exação tributária. Para responder à presente questão, considere a seguinte situação hipotética: o Município de Itapaci, situado no Estado de Goiás, ao analisar as receitas tributárias de 2023, concluiu que arrecadou muito pouco a título de IPTU. Então, em janeiro de 2024, o Município edita Lei, devidamente votada e aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores, portanto, norma válida e eficaz, para que os proprietários de imóveis do Município complementem, até o dia 31.01.2024, o pagamento de 30%, (trinta por cento), em relação ao valor pago de IPTU de 2023. Com base nesta situação hipotética, que princípio tributário está sendo violado, previsto nas Limitações do Poder de Tributar?

- a) Da publicidade.
- b) Da pessoalidade.
- c) Da irretroatividade.
- d) Da livre concorrência.
- e) Função social da propriedade.

19. As normas gerais de Direito Tributário estão estabelecidas na Constituição da República de 1988, (CR), depois no Código Tributário Nacional, (CTN); apesar de a lei que instituiu este código ter sido aprovada como Lei Ordinária, a jurisprudência elevou-o ao *status* de Lei Complementar, posto que complementa aquelas normas tributárias previstas na Constituição.

Marque a alternativa cuja matéria não cabe à Lei Complementar, de acordo com a previsão do art. 146, da CR:

- a) Dispor sobre majoração de imposto.
- b) Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) Dispor sobre a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) Estabelecer o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, inclusive em relação aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V.

20. A chamada “Lei de Execução Fiscal”, (LEF), foi instituída pela Lei n.º 6830, de 22 de setembro de 1980, que “Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências”, se encontra vigente até hoje. Portanto, a “Lei de Execução Fiscal” regula todo o procedimento acerca da execução judicial de dívida ativa contra o devedor. De acordo com a citada Lei, é correto afirmar:

- a) A petição inicial, prevista na Lei n.º 6830/1980, indicará apenas o Juiz a quem é dirigida e o pedido.
- b) O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.
- c) Somente a dívida tributária constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- d) A execução fiscal não pode ser promovida contra os sucessores do devedor.
- e) O executado ausente do País, não poderá, de forma alguma, ser citado.

21. O atual Código Civil Brasileiro foi instituído pela Lei n.º 10406, de 10 de janeiro de 2002, passando a vigor a partir de 2003, conforme o seu art. 2044. Desta forma, o atual Código Civil, revogou o anterior, que vigia desde 1916. Então, de acordo com o Código Civil atual, no que se refere aos “Fatos Jurídicos”, é correto afirmar que:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

- c) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial.
- d) Nas declarações de vontade se atenderá ao sentido literal da linguagem.
- e) Considera-se termo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

22. O Código Civil, na sua Parte Geral, Livro II, dispõe acerca “Dos Bens”, no arts. 79 a 103. Quanto a estes dispositivos, assinale a alternativa correta, de acordo com o que estabelece o Código Civil.

- a) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) São benfeitorias úteis as que têm por fim conservarem o bem ou evitarem que se deteriore.
- c) Os bens naturalmente divisíveis, em hipótese alguma, podem tornar-se indivisíveis.
- d) Consideram-se móveis para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- e) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, natural ou artificialmente.

23. O art. 207, do Código Civil Brasileiro dispõe que: “Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à _____ as normas que impedem, _____ ou _____ a _____.” Assinale a alternativa que possua as palavras que completam adequadamente, na ordem do preenchimento, a disposição do citado artigo.

- a) “coisa julgada” / “extinguem” / “suspendem” / “preclusão”
- b) “prescrição” / “interrompem” / “suspendem” / “decadência”
- c) “decadência” / “extinguem” / “interrompem” / “prescrição”
- d) “prescrição” / “interrompem” / “extinguem” / “decadência”
- e) “decadência” / “suspendem” / “interrompem” / “prescrição”

24. Conforme o art. 994, do CPC, são “cabíveis os seguintes recursos: I- apelação; II- agravo de instrumento; III- agravo interno; IV- embargos de declaração; V- recurso ordinário; VI- recurso especial; VII- recurso extraordinário; VIII- agravo em recurso especial ou extraordinário; IX- embargos de divergência.” Responda qual é a resposta correta, conforme a seguinte situação hipotética: você é procurador (a) do Município de ITAPACI, (GO), move uma ação ordinária contra o Sr. João e sua esposa Joana, perante a Justiça Comum. A ação foi devidamente ajuizada, o Sr. João e a esposa Joana foram citados e contestaram a ação. Após a réplica, o Juízo de primeiro grau intima as partes para produção de mais provas. Você, como procurador(a) do Município, peticiona requerendo a produção para apresentação de novos documentos, justificando a impossibilidade de apresentação de tais documentos, quando da protocolização da petição inicial, bem como sua necessidade, mas o Julgador de Primeiro Grau rejeita o seu pedido. A fim de esclarecer dúvidas ou omissões desta decisão, você protocoliza os Embargos de Declaração. Na decisão de embargos, o Julgador de Primeiro Grau os desacolhe. Só que, para você, a juntada de novos documentos é essencial para o deslinde da questão jurídica. Desta decisão que desacolheu os embargos de declaração, é cabível qual recurso?

- a) Agravo de instrumento.
- b) Agravo interno.
- c) Recurso ordinário.
- d) Apelação.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

25. O Código de Processo Civil, (CPC) atual, regula o processo de execução, fundada em título executivo extrajudicial “e suas disposições aplicam-se, também, no que couber, aos procedimentos especiais de execução, aos atos executivos realizados no procedimento de cumprimento de sentença, bem como aos efeitos de atos ou fatos processuais a que a lei atribuir força executiva”. Marque a alternativa correta, de acordo com os arts. 771 a 925, do CPC.

- a) A execução não pode ser promovida contra o espólio, os herdeiros ou os sucessores a qualquer

título do devedor.

- b) A letra de câmbio não é considerada um título executivo extrajudicial.
- c) É nula a execução se for instaurada antes de se verificar a condição ou de ocorrer o termo.
- d) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, em 5, (cinco) dias, satisfazer a obrigação.
- e) O executado que fraudar a execução, não pode ter sua conduta considerada como ato atentatório à dignidade da Justiça, uma vez que está amparado pelos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

26. Os Princípios Basilares do Direito Administrativo são fundamentais para a atuação dos órgãos públicos. Qual princípio estabelece que a Administração Pública deve agir de acordo com a lei e o direito, sem arbitrariedade?

- a) Princípio da eficiência.
- b) Princípio da legalidade.
- c) Princípio da supremacia do interesse público.
- d) Princípio da publicidade.
- e) Princípio da privacidade.

27. Em conformidade como a Lei de Licitações e Contratos - Lei n.º 14133/2021, atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e indique a alternativa com a sequência correta.

() Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação, oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República.

() As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central do Brasil, assegurada a observância dos princípios estabelecidos no caput do art. 37, da Constituição Federal.

() Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 10% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

- a) V – V – V.
- b) V – F – F.
- c) F – V – V.
- d) V – V – F.
- e) V – F – V.

28. Os atos administrativos constituem um dos pilares do Direito Administrativo, sendo essenciais para a atuação do Estado e para a realização de seus objetivos. Além das características básicas, como a presunção de validade, imperatividade e vinculação, existem aspectos mais complexos que merecem atenção especial. Em que consiste o controle judicial dos atos administrativos e quais são os principais fundamentos jurídicos que embasam esse controle?

- a) O controle judicial refere-se à revisão dos atos administrativos pelo Poder Legislativo; os principais fundamentos jurídicos são legalidade e razoabilidade.
- b) O controle judicial é a análise dos atos administrativos pela própria Administração Pública; os principais fundamentos jurídicos são constitucionalidade e razoabilidade.
- c) O controle judicial é a fiscalização dos atos administrativos pelo Poder Judiciário; os principais fundamentos jurídicos são legalidade e proporcionalidade.
- d) O controle judicial é a supervisão dos atos administrativos pelo Tribunal de Contas; os principais fundamentos jurídicos são constitucionalidade e discricionariedade.

e) O controle judicial refere-se à revisão dos atos administrativos pelo Poder Executivo; os principais fundamentos são legalidade e supremacia ao interesse público.

29. A gestão patrimonial é uma área fundamental para qualquer organização, seja ela pública ou privada. Ela engloba uma série de processos e atividades que visam garantir o adequado registro, controle e utilização dos bens e recursos pertencentes à entidade. Qual é a finalidade dos relatórios na gestão patrimonial?

- a) Ocultar informações sobre os ativos da organização.
- b) Prestar contas de forma transparente sobre a situação e o desempenho dos ativos.
- c) Manter os gestores desinformados sobre o estado dos ativos.
- d) Aumentar a complexidade da gestão patrimonial.
- e) Para diminuir a eficiência operacional.

30. Os contratos administrativos são regidos por princípios próprios que visam proteger o interesse público. Assinale a alternativa cujo princípio estabelece que o contrato deve ser executado de acordo com o interesse público, podendo sofrer alterações para atender a necessidades emergenciais.

- a) Princípio da formalidade.
- b) Princípio da modificação unilateral.
- c) Princípio da vinculação ao edital.
- d) Princípio da adjudicação compulsória.
- e) Princípio da razoabilidade.

RASCUNHO.